

21/12/2018

Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei nº. 9.099/1995 – Transação penal – Parte I

Resumo

Transação penal

Artigo 76, L 9.099

É um acordo, assim como a composição civil. A composição era um acordo feito entre o autor do fato e a vítima. A transação é um acordo feito entre o autor do fato com o MP.

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

Quais as penas que se pode receber ao ser condenado por um crime?

Pena privativa de liberdade

Pena restritiva de direito

Pena de multa

O MP deixa de processar, por isso, prisão você não sofre. Mas você terá que aceitar uma pena restritiva de direito ou uma pena de multa. Isso não significa assunção de culpa, por mais que possa parecer. Trata-se de mero acordo. A natureza jurídica da sentença que homologa a transação penal é homologatória apenas.

Art. 76. § 2º **Não** se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no **prazo de cinco anos**, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

O agente não pode ter sido condenado pela **prática de crime**, a pena **privativa de liberdade**, por sentença **definitiva**. Não será estendido a condenação por contravenção.

+

O agente não pode ter feito transação penal nos últimos 05 anos. Requisito da temporariedade da transação.

+

Os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e circunstâncias do crime devem indicar que a medida é necessária e suficiente.

Exercícios

1. (TJ-MT- TJ-MT- TJ-MT - 2018 - TJ-MT - Juiz Leigo) É cabível transação penal quando:

- A) a pena máxima cominada ao delito não for superior a 06 meses.
- B) quando a pena máxima for superior a dois anos.
- C) a pena não for superior a quatro anos.
- D) quando a pena não for superior a dois anos.

2. (FCC- DPE-AM- FCC - 2018 - DPE-AM - Defensor Público – Reaplicação) Praticada infração penal de menor potencial ofensivo, o Ministério Público apresenta proposta de transação penal ao autor dos fatos que não possui advogado constituído. Na presença do Defensor Público e, com a concordância de ambos, a proposta de aplicação imediata da pena de multa é homologada pelo Juiz, com redução de um terço. Após o trânsito em julgado, o autor da infração penal não cumpre o estabelecido na transação penal, apesar de regularmente intimado. Em face do descumprimento, o Ministério Público oferece denúncia contra o autor da infração penal perante o Juízo comum. A Defensoria Pública postula a rejeição da denúncia em face do trânsito em julgado da decisão que homologou a transação penal. Sobre o tema, é correto afirmar:

- A) Falta justa causa para o exercício da ação penal, pois o Ministério Público, ao fazer a proposta de transação penal, dispôs da persecução penal em razão das condições pessoais do autor da infração e do menor potencial ofensivo da infração cometida.
- B) A homologação da transação penal faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, ao Ministério Público cabe executar a pena de multa.
- C) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- D) A homologação da transação penal tornou a denúncia manifestamente inepta, faltando justa causa para o Ministério Público dar continuidade à persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- E) Falta justa causa para o exercício da ação penal em face da extinção da punibilidade do autor da infração penal.

Gabarito

1. LETRA D.

2. LETRA C.